

# Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br



## O preço da sede

Prestes a completar dez anos em julho, obra da Transposição do Rio São Francisco aproxima-se do fim. Em muitas localidades, porém, o acesso às águas do Velho Chico dependerá de novas obras e do pagamento de tarifas. Atrasos na execução e elevação dos custos também tornaram o empreendimento um marco na revisão de leis que regem licitações.

Págs. 4, 5 e 6

### Suicídio juvenil

Desafio virtual e seriado televisivo reacendem preocupação de pais e especialistas.

Pág. 3

### Promoções

Lei quer garantir transparência ao consumidor na compra de produtos em oferta.

Pág. 7

### Reforma Trabalhista

O que pode mudar com proposta em tramitação no Congresso Nacional.

Pág. 8

## ACONTECEU NA ALEPE

### ■ Missão diplomática

Uma comitiva com representantes de 19 países europeus foi recebida, em 18 de maio, na Assembleia Legislativa de Pernambuco. A visita fez parte da Missão Anual dos Embaixadores da União Europeia (UE) no Brasil, que propõe o fortalecimento dos laços entre o bloco e o País, visando parcerias nas áreas de economia criativa, cultura, turismo e indústria. Embaixador da UE no Brasil, João Gomes Cravinho frisou a importância da atividade no Museu Palácio Joaquim Nabuco. “É um particular privilégio e emoção, por ser uma das instituições que permitem o livre debate de ideias, a convivência pacífica e o respeito às garantias e aos direitos dos cidadãos”, expressou.



HENRIQUE GENECY

### ■ Prefeituras amigas da biblioteca

Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife, e Serra Talhada, no Sertão do Pajeú, foram os municípios contemplados com o Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca no último dia 17, por se destacarem na instalação e manutenção de bibliotecas públicas e escolares. Vice-prefeita de Camaragibe, Nadegi Queiroz agradeceu a honraria. “A educação é uma prioridade na nossa gestão”, afirmou. Representando Serra Talhada, o vice-prefeito Márcio Oliveira disse sentir “orgulho e alegria”: “É um reconhecimento pelo esforço que temos feito”.

### ■ Semana de Museus

Completando oito anos consecutivos integrada à Semana Nacional de Museus, a Alepe recebeu, na manhã de 15 de maio, estudantes do Ensino Médio e Superior com programação especial. Houve visita guiada ao Museu Palácio Joaquim Nabuco, além de debate com especialistas. “Tentamos agregar o ensino à prática e ao exercício da cidadania”, resumiu, na ocasião, a superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, Cynthia Barreto.

## EM FOCO

### Para não ser riscada do mapa

Diante da possibilidade de a fictícia Javé ser completamente submersa para a construção de uma usina hidrelétrica, moradores do vilarejo decidem fazer um registro da história local. Com o livro, eles têm um objetivo ambicioso: tornar o lugar reconhecido como patrimônio histórico e cultural, para que seja preservado. Essa é a premissa do filme *Narradores de Javé* (2003), que mostra as desventuras de Antônio Biá – escolhido para ser o “escrivão”, já que era um dos poucos alfabetizados da comunidade –, ao tentar coletar informações dos habitantes mais antigos. A obra explora a tensão entre as memórias e tradições do povoado e a visão supostamente moderna de que bens culturais, recursos ambientais e mesmo populações inteiras não passam de entraves ao desenvolvimento econômico.



DIVULGAÇÃO



### Fique Sabendo

Rodado na cidade de Gameleiro da Lapa, no interior da Bahia, o longa-metragem é uma coprodução franco-brasileira, com direção de Eliane Caffé. Confira o trailer:



## VOCÊ NA ALEPE

“Viemos denunciar falsos números de déficit financeiro dos Correios e mostrar à Alepe como se encontra a empresa hoje. Estamos enfrentando o fechamento das agências e um verdadeiro desmonte dos setores de trabalho.”



#### Rinaldo Nascimento

Carteiro e secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, em audiência pública promovida pela Comissão de Justiça, no dia 5 de maio, para debater os impactos da reestruturação da empresa.

“Integro o coral há mais de 20 anos. Vim cantar músicas que fazem parte da história do Bloco Banhistas do Pina. É a primeira vez que venho ao prédio, estou encantada com tanta beleza.”



#### Gessi Oliveira Freitas

Aposentada e moradora do Pina, ao participar, em 10 de maio, de Reunião Solene para homenagear o Bloco Carnavalesco Misto Banhistas do Pina. A agremiação completou 85 anos no último mês de fevereiro.

“Foi bom saber o que é, efetivamente, discutido na Assembleia. Ao vir aqui, podemos ouvir debates sobre temas aos quais, muitas vezes, não temos acesso nas mídias tradicionais.”



#### Tulio Feitosa

Estudante do 6º período de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), durante atividade da disciplina de Ciência Política realizada no Palácio Joaquim Nabuco, em 22 de maio.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa.

Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



# No rastro da Baleia Azul

## Desafio virtual e seriado televisivo reabrem debate sobre segunda maior causa de mortes entre os jovens no mundo

Isabela Senra

“Foi um momento da minha vida muito complicado. Chegou a um ponto em que a dor era física e eu não aguentava mais, queria uma solução. E a solução que eu via era tentar me matar.” O depoimento é da jovem Maria Paula\*, que tentou suicídio em 2009, aos 26 anos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), um suicídio ocorre a cada 40 segundos. O número de pessoas que se matam por ano é maior do que o das que morrem em todos os conflitos do planeta somados, segundo a entidade, que considera esse um problema de saúde pública global. Na faixa etária entre 15 e 29 anos, trata-se da segunda maior causa de mortes no mundo.

No Brasil, o Ministério da Saúde estima que, a cada hora, uma pessoa se mate e outras três atentem contra a própria vida. Além disso, lesões autoprovocadas intencionalmente levaram à morte quase 11 mil pessoas no País em 2013.

Durante mais de 20 anos, a psicóloga Josélia Quintas trabalhou na enfermaria de queimados do Hospital da Restauração, no Recife. Só naquele setor, quase um terço dos pacientes eram internados após tentar se matar. Para a especialista, os números oficiais ainda estão aquém da realidade. “O queimado, por exemplo, promoveu autoagressão, mas, no atestado de óbito, a informação é de que morreu por queimadura. Então não conta na estatística de suicídio. E eram muitos”, relata.

Apesar dos índices, o assunto ainda é pouco debatido. A maioria dos casos não é noticiada pela imprensa,

já que, de acordo com a OMS, a divulgação poderia contribuir para levar uma pessoa vulnerável a tirar a própria vida. Há várias recomendações sobre como a mídia deve tratar o tema – não revelando, por exemplo, detalhes do método utilizado.

Recentemente, a série *Os 13 porquês* (13 reasons why), produzida pela Netflix, recebeu críticas por não atender a essa e outras orientações. O seriado conta a história de uma adolescente de 17 anos que se mata. Maria Paula questiona a forma como o assunto foi abordado. “A série apresenta o suicídio como uma solução, o que acho perigoso, inclusive olhando para mim, que via da mesma maneira”, observa.

Para a presidente da Sociedade Pernambucana de Psiquiatria, Kátia Petribu, a ficção tem falhas, mas foi importante por chamar atenção para o tema. “Certas cenas deveriam ter sido suprimidas, porque estimulam pessoas que já estão pensando em se matar a fazer o mesmo”, pontua. “Por outro lado, é preciso divulgar e debater para prevenir essa que é a terceira causa no Brasil de morte violenta entre os adolescentes.”

A produção foi lançada em 31 de março e, desde então, a procura pelo Centro de Valorização da Vida (CVV) por e-mail e chat aumentou seis vezes. A entidade realiza atendimentos de apoio emocional e prevenção ao suicídio, por telefone e Internet. A coordenadora do CVV Recife, Eliene Soares, enxerga um lado positivo no crescimento da demanda. “A Netflix procurou o CVV São Paulo e pediu permissão para usar a marca como fonte de informação. O centro autorizou porque viu nisso uma

grande oportunidade de pessoas que ainda não conhecem o serviço procurarem ajuda”, explica.

### DESAFIO LETAL

Outro fenômeno entre os adolescentes que contribuiu para aumentar a procura pelos serviços do CVV foi o desafio virtual Baleia Azul. Por meio de mensagens divulgadas em grupos de redes sociais, participantes seriam estimulados pelos chamados “curadores” a cumprir 50 tarefas, que vão da automutilação ao suicídio. Em todo o Brasil, pelo menos quatro mortes de jovens são investigadas por suspeita de estarem relacionadas ao desafio.

Atualmente, tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei nº 6.989/2017, que propõe alterar o Marco Civil da Internet para obrigar os provedores a retirar da rede conteúdos que instiguem ou auxiliem o suicídio. Contudo, para o designer do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar) Leonardo Lima, a medida não é eficaz. “Há formas de burlar isso, por exemplo, utilizando áreas da Internet que não são monitoradas”, afirma.

A psicóloga escolar Ana Andrade Lima entende que o desafio serve de alerta, mas que o cuidado com os jovens deve ser constante. “Há várias outras situações a que as crianças e adolescentes estão vulneráveis e precisam ser conhecidas. Ninguém vai entrar num jogo como esse estando bem”, acredita.

O cuidado com a saúde mental começa na infância e no convívio familiar, na visão da especialista. Ela destaca o papel do psicólogo escolar no processo, estabelecendo “conexão entre família e escola, professor e aluno, podendo perceber que situações da vida dele podem estar interferindo nas relações sociais ou na aprendizagem”.

A coordenadora do CVV Recife complementa afirmando que, muitas vezes, o suicídio não representa vontade de morrer, mas de acabar com o sofrimento. “O que a pessoa mais quer é ter apoio, ser ouvida de forma amorosa. Quando a gente vai falar sobre sentimentos, tem medo

Prevenção passa por fortalecimento para suportar sofrimentos da vida



de ser julgado”, comenta Eliene Soares.

A desinformação sobre transtornos mentais foi apontada como problema pela psicóloga Suzana Schettini, em uma audiência pública realizada na Alepe em maio. “As pessoas têm preconceito, não entendem a depressão, acham que é frescura, bobagem ou preguiça”, revela.

Diagnosticada com transtorno depressivo, Maria Paula aponta, também, a falta de integração do sistema de saúde. “Um primeiro sintoma físico que tive foi líquen, feridinhas que começaram no meu dedo e se espalharam pelo corpo. Fui ao dermatologista, que passou um hidratante e um remédio para aliviar a coceira, sem falar da causa”, lembra. “É uma doença psicossomática muito relacionada com ansiedade, depressão e estresse. O profissional de saúde poderia ter me orientado a procurar um psiquiatra ou psicólogo.”

A psicóloga Josélia Quintas diz que é possível prevenir o suicídio

com práticas psicoterapêuticas. “A grande questão é como suportar o sofrimento da vida. A gente trabalha fortalecendo as pessoas para isso”, explica.

“O meu tratamento é constituído de terapia e medicação”, conta Maria Paula. Recuperada, ela fala com serenidade sobre o passado. “Com certeza, minha família e amigos foram essenciais para eu ter forças de encarar o tratamento, mudar os pensamentos negativos e entender que sou muito amada”, comenta a jovem, que aponta caminhos para quem precisa de apoio: “Procurar ajuda e acreditar. Bons profissionais vão auxiliar a resolver questões psicológicas e, se for necessária medicação, administrar de forma responsável”, conclui.

### SERVIÇO:

Se você precisa de ajuda, procure um psicólogo, psiquiatra ou entre em contato com o Centro de Valorização da Vida: ligue 141 ou acesse o site [www.cvv.org.br](http://www.cvv.org.br).

ROBERTO SOARES



### Fique Sabendo

Na Alepe, por proposição do deputado Beto Accioly (PSL), foi promulgada, em maio, a Lei nº 16.037/2017, que reconhece o Setembro Amarelo como mês dedicado à prevenção do suicídio e inclui a data no Calendário de Eventos do Estado.

\* Nome fictício

## ● ESTIAGEM

# À espera da água prometida

Há mais de uma década, sertanejos aguardam benefícios da Transposição do Rio São Francisco. Possibilidade de cobrança pelo consumo, porém, desperta aflição

Carly Falcão

“O bicho com sede não aumenta. O cara bota uma vaca e, se não der água, ela morre. Só comida não cria sangue, não. Sem água nada vai para frente.” O desabafo é do trabalhador rural José Emídio de Souza, morador de Floresta, no Sertão de Itaparica. A cidade é cortada pelo Eixo Leste do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf), porém “seu” Emídio – agricultor familiar, pescador artesanal e pequeno comerciante – tenta driblar como pode a maior escassez de água dos últimos 50 anos.

Ele conta que, durante o período em que não conseguia pegar peixes, recebia uma assistência de R\$ 256,42 do programa estadual Chapéu de Palha. Há cinco anos sem pescar, acabou perdendo a carteira profissional, o que ainda prejudicou a contagem do tempo de trabalho para a aposentadoria. “Este ano deu uma aguinha, na altura do pé. Deu umas piabinhas, mas morreu tudo, né? Só a pessoa olhando para ver a situação na Barra do Juá”, lamentou.

Mesmo com dois poços artesianos na propriedade, o sertanejo depende dos carros-pipa da Prefeitura de Floresta para ter abastecimento. “Quando não trazem, pagamos com nosso dinheiro. Dá uns R\$ 300 para

três a quatro casas. Se usarmos só pra beber, dura uns três meses”, calcula. A esperança do agricultor é de que a comunidade tenha acesso às águas que vê correr todos os dias no canal recém-construído da transposição. “Se servir à Paraíba e não servir para aqui, se for passar por nós e não tivermos direito, é ruim”, declara e engole seco ao considerar que, talvez, ainda tenha de pagar pelo consumo.

Em março deste ano, a obra da Transposição do Rio São Francisco foi tema de audiência pública da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) na terra de Emídio. Na Câmara de Vereadores de Floresta, moradores da região relataram que a água do Velho Chico ainda não chegava às casas. A população, que enfrenta sete anos seguidos de estiagem, também reclamou da possibilidade de cobrança pelo abastecimento.

“Noventa por cento dos produtores de Riacho do Navio são agricultores familiares. Eles não deveriam pagar nada”, pontuou, na ocasião, o coordenador do Conselho dos Usuários do Açude Barra do Juá, Ricardo Souza. Atualmente seco, o curso d’água, imortalizado na voz de Luiz Gonzaga, faz-se perene apenas na lembrança que os moradores têm do tempo em que o afluente do Rio Pajeú alimentava as feiras locais com as colheitas que regava.

Os valores a serem cobrados ainda não foram definidos pelo Governo Federal, responsável pelo empreendimento, porém, consta nos termos de compromisso da transposição que a cobrança da água e o pagamento dos custos de operação e manutenção do sistema ao Operador Nacional – neste caso, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) – caberão aos Estados receptores.

O assistente da Presidência da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Sérgio Torres, explicou que, pela Constituição Federal, “município não tem água, tem terra, e se o rio percorre mais de um Estado, o curso d’água pertence à União”. “A Codevasf está fazendo estudos para saber qual será o custo. No caso de Pernambuco, o Estado ainda vai ter que definir o operador estadual, que fará o ‘meio de campo’ entre o operador federal e os setores usuários da transposição. A Compesa é um desses setores”, complementa. A coleta no manancial, o tratamento e a entrega da água para o cidadão serão feitos pelas companhias de abastecimento estaduais.

Para o deputado Rodrigo Novaes (PSD), vice-líder do Governo na Alepe, o sistema de cobrança precisa ser rediscutido. “Estão querendo que o Estado pague uma conta de R\$ 100 milhões para ‘tirar o custo’ da transposição dessa tarifa. É um equívoco”, ponderou o parlamentar, defendendo, ainda, que a população de baixa renda pague menos pelo consumo. “Conversei com o Governo do Estado e com a Compesa para que, da mesma forma que há a tarifa social de água e energia nas zonas urbanas, seja criada uma tarifa social da irrigação. É preciso, pelo menos, um prazo de cinco a dez anos para que esses produtores possam se reestruturar”, estima.

O preço é questão central para quem espera ter acesso à água do Velho Chico. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

## A TRANSPOSIÇÃO



### RAMAL DO AGRESTE

Espécie de “transposição da transposição”, ligará o Eixo Leste à Adutora do Agreste.

### ADUTORA DO AGRESTE

Até a conclusão do Ramal do Agreste, as tubulações deverão ser conectadas a obras alternativas.

### OBRAS COMPLEMENTARES

- Reservatório do Barro Branco
- Adutora de Custódia a partir de Moxotó
- Adutora de Sertânia a partir de Campos
- Adutora de Poço da Cruz para Arcoverde
- Projetos de integração com o Eixo Norte
- Sistemas de abastecimento para comunidades rurais

### OBRAS ALTERNATIVAS

- Adutora do Moxotó
- Sistema dos Poços de Tupanatinga
- Adutora do Pirangi
- Adutora de Serro Azul

Fonte: Compesa e Ministério da Integração



José Emídio de Souza depende de carros-pipa da prefeitura: “Quando não vêm, pagamos com nosso dinheiro”

RINALDO MARQUES

(Ipea) calcula o valor de R\$ 0,13 por metro cúbico. “Se no Vale do São Francisco existe uma quantidade enorme de colonos (moradores das áreas atendidas pelos projetos de

irrigação) que não estão podendo pagar os atuais R\$ 0,02 por metro cúbico cobrado pela Codevasf, como as pessoas vão arcar com um valor cinco vezes maior?”, questiona o

113

MUNICÍPIOS PASSARÃO  
A TER ABASTECIMENTO

2,9

MILHÕES DE PESSOAS  
SERÃO BENEFICIADAS

## EM PERNAMBUCO



engenheiro agrônomo e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) João Suassuna.

Morador da cidade de Salgueiro, no Sertão Central, José Nilton Francisco do Nascimento herdou do pai a esperança de receber a água da transposição – a região integra o Eixo Norte do Pisf. “Quando os engenheiros chegaram, há dez anos, meu pai sonhava em ver tudo pronto. Ele faleceu, mas minha mãe ainda está viva para ver”, diz, empolgado.

Conhecido como “Bida” entre os vizinhos, o agricultor é só elogios à obra. “Há seis anos, morávamos em uma casa de taipa e agora, numa de

alvenaria. Ganhamos uma cisterna de 50 mil litros, para encher com água de carro-pipa e chuva”, conta.

Divorciado e pai de três filhos, ele não vê problema em pagar uma taxa social pela água encanada que chega à sua casa duas vezes por semana, nem em desapropriar parte do terreno onde vive para dar passagem a um ramal da transposição. “Tem o transtorno, mas, depois, virão os benefícios, que serão ainda maiores”, comemora, enquanto planeja o futuro: “Quando a água chegar, vou plantar frutas, criar carneiro, fazer valer a pena os investimentos do Governo”.

## Denúncias de violação de direitos

RINALDO MARQUES

“Toda vez que há construção de barragens, 16 direitos humanos são violados”, resume o biólogo Moisés Borges, que integra a coordenação nacional do Movimento dos Atíngidos por Barragens (MAB). Os dados que ele menciona fazem parte de um relatório de 2010 coordenado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que analisou, por quatro anos, denúncias de violações no Brasil. A avaliação se aplica à obra da Transposição do Rio São Francisco, a qual incluiu a construção desse tipo de estrutura, além de canais, ramais, adutoras, túneis, aquedutos e reservatórios.

Borges cita, como exemplo, a situação do Assentamento Jiboia, na zona rural de Cabrobó (Sertão do São Francisco). Segundo ele, apesar de haver um canal da transposição cortando a comunidade ao meio, “as pessoas não têm acesso à água, não foram incluídas no programa de comunidades rurais e perderam o direito de ir e vir”. “Elas precisam dar uma volta de quilômetros porque não conseguem passar por cima do canal. O que poderia ser solução tornou-se um problema”, observa.

Em Floresta, a agricultora aposentada Luiza Perciliana da Conceição tem esperança de ver a água nas torneiras. Ela mora com dois netos ao lado de um dos canais da transposição, mas ainda depende dos carros-pipa municipais. Chegar perto da construção está fora de cogitação. “Os fiscais vieram avisar que não se pode tomar banho, nem pegar água com balde. Já morreram quatro pessoas na correnteza”, lamenta.

Em Pernambuco, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, 30,8 mil habitantes em 175 comunidades rurais às margens dos canais e reservatórios do Projeto São Francisco serão beneficiados por

Luiza se incomoda com as restrições: “Não pode tomar banho, nem pegar água com balde”



obras específicas de abastecimento rural comandadas pela Compesa e pela Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária. Outros recursos são direcionados para carros-pipa, poços, sistemas de esgotamento sanitário, cisternas, kits de irrigação e pequenas barragens.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) destina mais de 10% (ou cerca de R\$ 1 bilhão) do seu orçamento global de R\$ 9,6 bilhões para 38 programas ambientais, que possibilitam o conhecimento da fauna e da flora do bioma Caatinga, além de aspectos econômico-sociais e arqueológicos da região. Desde 2007, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) realiza ações de revitalização do rio e do controle do processo erosivo para melhorar a oferta hídrica do manancial. Até o momento, o Governo Federal investiu R\$ 2,1 bilhões na Bacia do Rio São Francisco, recursos utilizados em sistemas de esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos, controle de processos erosivos e sistemas de abastecimento de água.

No entanto, ainda que o Governo promova ações socioambientais, persiste, entre especialistas, a preocupação com o impacto da obra sobre o meio ambiente. “Peixes que vivem em uma bacia vão parar em outras. Isso altera a fauna e a flora locais. Houve muito desmatamento sem licenciamento. O meio ambiente sofreu com esse processo. Abriu-se mão da segurança ambiental”, critica Moisés Borges, pós-graduado em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo.

Na Alepe, a Frente Parlamentar de Revitalização do Rio São Francisco e demais Rios de Pernambuco tem acompanhado as ações do Pisf. “Estivemos nos dois ramais. No que se refere aos impactos ambientais, eles já foram monitorados por meio de órgãos de fiscalização, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O que temos feito agora é levantar problemas *in loco* para elaborar um diagnóstico e debater com as lideranças locais”, explica o coordenador do colegiado, deputado Odacy Amorim (PT).

## Outros fluxos

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) é o maior empreendimento hídrico do Brasil. A prioridade é o abastecimento humano e a dessedentação – ou seja, matar a sede – animal em áreas afetadas pela estiagem. “Com a chegada do reforço hídrico do São Francisco, a água local pode ser aproveitada para gerar renda e desenvolvimento socioeconômico das famílias. Será viável, então, o

suprimento de indústrias, empreendimentos turísticos e agrícolas, por exemplo”, destaca, em nota, o Ministério da Integração Nacional.

Apesar de 28% da população brasileira se concentrar no Nordeste, a região possui apenas 3% da disponibilidade hídrica do País. Os dois eixos (Leste e Norte) do Pisf somam 477 quilômetros de extensão e cortam quatro Estados: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e

Paraíba. A previsão é de que 12 milhões de pessoas em 390 municípios sejam beneficiadas pela transposição.

Desde março deste ano, o Eixo Leste está em funcionamento, abastecendo 35 mil habitantes de Sertânia (PE) e 33 mil moradores de Monteiro (PB). Já o Eixo Norte está quase pronto, com 94,5% das obras executadas e previsão de conclusão para o segundo semestre de 2017.

Para que a água dos canais chegue ao Agreste pernambucano, serão necessárias, ainda, outras ações complementares, como a construção do Ramal do Agreste, a ser finalizada em 2022. Ele ligará os canais do Eixo Leste à Adutora do Agreste. Orçado em R\$ 1,2 bilhão, o empreendimento terá 70,8 quilômetros de extensão.

Enquanto o ramal não fica pronto, obras alternativas são im-

plantadas para aproveitar as tubulações já construídas da Adutora do Agreste e evitar o desabastecimento da região. Entre elas, está a da Adutora do Moxotó, primeira ligação da transposição com localidades do Sertão e do Agreste de Pernambuco. O canal levará a água do Rio São Francisco até sete municípios: Arcoverde, Pesqueira, Alagoinha, Sanharó, Belo Jardim, São Bento do Una e Tacaimbó.

# Em busca do tempo perdido

Atraso de quase sete anos na transposição desperta discussão sobre marco legal e planejamento de grandes obras públicas no Brasil

Edson Alves Jr.

Quando o projeto de Transposição do Rio São Francisco foi lançado, em 2007, previa-se a inauguração do Eixo Leste do empreendimento até o fim de 2010. O trecho, porém, só ficou pronto em março deste ano. Inicialmente, o Governo Federal estimou gastar cerca de R\$ 6,6 bilhões com a redistribuição das águas do Velho Chico – valor que cresceu quase 50% e atingiu a cifra de R\$ 9,6 bilhões em março deste ano.

Incremento nos custos e atrasos na obra, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), não chegam a surpreender. Um levantamento da Inter.B Consultoria, apresentado à Câmara dos Deputados no último mês de abril, apontou que apenas 16,8% das mais de 29 mil ações do PAC foram executadas. Ainda segundo o estudo, o aumento médio nos gastos é de 4,9% e o prazo de conclusão mais que duplicou em relação ao original.

Os motivos para isso são diversos, mas, para legisladores e especialistas, um deles é consensual: a falta de planejamento. “No Brasil, infelizmente, desmontamos o sistema de planejamento de obras e serviços públicos porque o associamos à ditadura militar e a decisões que vêm de cima para baixo”, avalia Roberto Montezuma, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE). “O planejamento precisa ter uma visão de longo prazo, com participação e controle social. Muitas vezes, garante-se recurso para um empreendimento, antes que seja definida visão e projeto detalhado para ele.”

No caso da transposição, o

projeto básico feito em 2007 não especificava, por exemplo, o tipo de solo. Com isso, empresas acabaram tendo que enfrentar terrenos com os quais nunca haviam trabalhado antes – mais rochosos ou arenosos que o previsto. Além disso, trâmites burocráticos e dúvidas sobre a titularidade das terras na etapa de desapropriações são apontados como causas da demora.

“Sem o detalhamento, os problemas só vão aparecer quando a obra começar a caminhar”, reforça o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) Dirceu Rodolfo. Para ele, a dificuldade também remete à falta de planejamento. “Quando não está bem definido o que exigir das empresas, precisa-se fazer aditivos ou incorre-se no abandono das obras. Ou, ainda, a organização pode pedir reequilíbrio econômico-financeiro, o que deve onerar o Estado”, relata. “São situações que podem abrir espaços para compromissos pouco republicanos”, emenda.

A perda da capacidade financeira das empresas e o conseqüente abandono das obras afetaram a conclusão da Transposição do São Francisco. No Eixo Norte, a saída, em junho de 2016, de uma das empreiteiras contratadas para os trabalhos da primeira etapa – a Construtora Mendes Júnior –, sob alegação de incapacidade técnica e financeira, retardou os trabalhos nos municípios de Cabrobó, Salgueiro, Terra Nova e Verdejante, em Pernambuco, e na cidade de Penaforte, no Ceará. De acordo com o Ministério da Integração Nacional, uma nova licitação foi concluída em abril deste ano. A retomada do empreendimento, agora pelo Consórcio Emsa-Siton, depende de decisão judicial.



Transposição: perda da capacidade financeira das empresas está entre fatores que adiam entrega da obra

## NOVA LEI

Diante desse cenário, mudar a legislação que rege as licitações e obras públicas brasileiras (Lei Federal nº 8.666/1993) desponta como alternativa. A principal proposta atualmente em tramitação revoga a norma anterior e cria um novo marco legal: trata-se do Projeto de Lei nº 6.814/2017, aprovado no Senado e aguardando apreciação na Câmara dos Deputados.

A proposição foi tema de Grande Expediente Especial na Alepe em março, quando o relator da matéria, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), defendeu a tese de que a divisão de riscos nos empreendimentos públicos é assumida de maneira desproporcional pelo Governo. “Na sistemática atual, o Estado é o grande segurador das contratações. O resultado é que as obras ficam inacabadas, e a participação do mercado privado na cobertura desses riscos é afastada”, observou.

O ponto é contemplado no PL 6.814 com a previsão de que seja contratado um seguro-garantia para toda construção pública acima de R\$ 100 milhões que cubra até 30% do valor da licitação. Desse modo, se a

empresa responsável não puder cumprir com o compromisso assumido, a seguradora poderá, por exemplo, contratar diretamente outra companhia para concluir o empreendimento.

Uma das principais mudanças aprovadas pelos senadores prevê, também, que a realização de obras só poderá ocorrer uma vez que o projeto executivo esteja pronto. Atualmente, a legislação permite que essa etapa seja desenvolvida durante o andamento dos empreendimentos públicos.

Alguns itens do PL, no entanto, ainda geram divergências. A principal delas diz respeito à autorização para o uso da modalidade “contratação integrada” em obras orçadas em mais de R\$ 20 milhões, admitindo que as empresas responsáveis pela construção façam todo o projeto (incluindo a parte executiva) a partir de um anteprojeto elaborado pelo ente público.

“O projeto executivo reúne todos os detalhes da obra, é o que garante os custos finais. Essa mudança permitiria desvios do propósito inicial da ação, seja por questão técnica ou não”, acredita Roberto Montezuma. Dirceu Rodolfo tam-

bém enxerga um problema ético nesse modelo. “A empresa poderia modelar a projeção para favorecer seus próprios interesses”, aponta o conselheiro do TCE.

Por outro lado, Rodolfo reconhece que déficits no corpo técnico seriam um empecilho à admissão dessa etapa pelo Poder Público. “O quadro de engenheiros está sucateado. Mesmo municípios médios como Caruaru e Petrolina não conseguem fazer projetos executivos, e até o Governo Estadual encontra muita dificuldade. Só a União tem essa capacidade”, avalia. O conselheiro ainda questiona limitações ao trabalho dos Tribunais de Contas previstas pela proposição, “ao determinar que o processo de licitação só pode ser interrompido uma vez, por no máximo 30 dias”.

Para o deputado Eduíno Brito (PP), que propôs o debate no Parlamento Estadual, a avaliação geral da futura norma é positiva. “Esse marco legal vai evitar atrasos e aditivos. Empresas que hoje não têm interesse em participar de licitações públicas vão começar a concorrer, aumentando a competitividade na disputa”, acredita.

JOÃO BITA

# Mais transparência na hora da compra

Lei estadual obriga lojas a incluir valores originais dos produtos em anúncios de promoção



JARBAS ARAÚJO

“Vai ficar fácil para o consumidor identificar a diferença”, acredita o gerente Lenilton de Souza

Amanda Silva

É comum ver em lojas grandes placas coloridas anunciando produtos em oferta, para chamar atenção e despertar o desejo do consumidor. Em alguns casos, porém, fica difícil saber qual é o real valor do desconto que se poderá obter, já que nem sempre o valor anterior da mercadoria está visível nos letreiros.

Advogada representante da Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor (Adecon), Lorena Grinberg diz que é comum receber reclamações de pessoas que caíram em falsas promoções por pensarem que determinado produto estava custando mais barato, quando, na verdade, a loja havia elevado o preço algumas semanas antes. “Aumentam o valor e em seguida baixam, dando a entender que o cliente está saindo no lucro”, explica.

Para garantir a transparência no ato da compra, foi aprovada na Alepe, em fevereiro deste ano, a Lei nº 15.984/2017. Proposta pelo deputado Lucas Ramos (PSB), a norma obriga os lojistas a informarem o valor real

do produto junto ao preço promocional.

O parlamentar explica que, ao conversar com entidades de classe dos comerciários, identificou a dificuldade dos clientes para notar o desconto ofertado. “Isso acontece, principalmente, em promoções relâmpago, como a *Black Friday*, quando se costuma colocar preços absurdamente mais baixos do que os normalmente praticados”, observa.

“Às vezes, são divulgadas apenas as reduções percentuais para o consumidor, para dar a impressão de que ele está economizando”, afirma Ramos. “Com o preço original acompanhado do valor promocional, o consumidor visualiza realmente qual é o desconto que está sendo aplicado naquele momento.”

Para o comerciante Fábio Henrique dos Santos, que se considera um comprador frequente, quanto mais informação, melhor. “Quando não tem placa, costumo perguntar o preço atual”, garante. “Às vezes é difícil avaliar porque não se sabe, geralmente, quanto custava antes, nem em que momento houve a mudança.”

Lorena Grinberg dá dicas para evitar surpresas desagradáveis:

“Deve-se evitar as compras por impulso, elaborar uma lista do que realmente é necessário, pesquisar antes e ter uma preocupação com o orçamento doméstico, ou seja, fazer as contas”. Ainda segundo ela, ficar atento a promoções do tipo “pague dois, leve três” também é importante.

Caso a pessoa sinta-se lesada, a advogada recomenda acionar os órgãos de defesa do consumidor, imediatamente, para que fiscalizem e notifiquem a empresa. “O consumidor tem o direito ao cumprimento forçado da obrigação ou da restituição do valor que ele pagou a mais”, orienta.

Gerente de uma loja no Centro do Recife, Lenilton de Souza acredita que, com a Lei 15.984, os clientes terão mais clareza. “Mostrando os preços nessas condições, fica fácil identificar a diferença, até porque, quando se faz isso, coloca-se o percentual de juros mensal e anual”, observa.

O aposentado Darlan Ferraz elogia o projeto e destaca alguns benefícios. “É uma oportunidade para a clientela avaliar a inflação e a diferenciação de preços”, comenta. “Foi uma ótima iniciativa.”

## Documento Histórico

# Em 1971, Grande Expediente debateu transposição do Velho Chico

O mais extenso rio totalmente brasileiro é visto, desde o Segundo Reinado, como uma possível solução para a estiagem no Nordeste. Já naquela época, surgiria a ideia de deslocar parte das águas do Rio São Francisco como estratégia de combate às secas, com a apresentação de um projeto pelo intendente da Comarca do Crato, no Ceará, Marcos Antônio de Macedo, em 1847.

Mais recentemente, em 6 de julho de 1971, o tema entrou na pauta da primeira Reunião Ordinária da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Na ocasião, foi realizado um Grande Expediente dedicado ao projeto e suas implicações, com a participação do pioneiro na área de estudos ambientais João Vasconcelos Sobrinho.

Professor, engenheiro agrônomo e ecólogo conservacionista, o estudioso fez um pronunciamento sobre o desnível das águas do Velho Chico. Já na época, a falta de cobertura florestal nas cabeceiras, em razão da devastação produzida pelo homem, bem como a construção de barragens sem a contrapartida do reflorestamento preocupavam Vasconcelos Sobrinho.

- 5 -

to de IV Exército e o Almirante Velese Costa, para tomarem assento à Mesa, oportunidade em que, pronuncia um discurso dando as boas vindas ao ilustre conferencista. Em seguida, concede a palavra ao deputado Monsieur Ferreira Lima que em nome da Casa saudou o eminente professor. Usa da palavra o professor Vasconcelos Sobrinho, que faz uma análise circunstanciada da problemática sanfranciscana, que é uma bacia perigosamente condicionada a determinados fatores da natureza. Apresenta uma ampla visão das causas que provocam a baixa de nível das águas, entre elas a falta de cobertura florestal nas suas cabeceiras, em razão da atividade irracional do homem, que devasta desde os primórdios as florestas nativas. Faz restrições a construção de barragens faraônicas sem paralelamente se proceder o reflorestamento das bacias hidrográficas da região. Não acredita em recuperação artificial da vegetação; ela tem que surgir espontaneamente. Concluindo, agradece a homenagem de todos aqueles que compareceram a esta Casa, em particular aos senhores representantes do povo, pelo interesse que vêm demonstrando na solução dos problemas da região nordestina, que são por extensão problemas de interesse nacional. O Sr. Presidente facultou a palavra para quem dela queira fazer uso. Usam-na pela ordem de inscrição, os deputados Honório Rocha, Vital Novães, Monsieur Ferreira Lima, o engenheiro Ildofonso Lopes Silva, o sr. Eugênio Bandeira dos Santos, o deputado Andamar Ferraz e o engenheiro Gerônimo Evarardo Maciel, que formulam várias indagações a respeito da problemática ora em debate. Voltando a tribuna, o professor Vasconcelos Sobrinho responde com detalhes a todas as perguntas feitas pelos oradores que o antecederam. O Sr. Presidente após agradecer o comparecimento das autoridades e de todos aqueles que -

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Ata da Sexagésima Reunião da Primeira Sessão Ordinária da Sétima Legislatura, realizada em 6 de julho de 1971. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

# Leis trabalhistas em negociação

## Proposta que torna mais maleáveis regras sobre o trabalho divide opiniões

Luciano Galvão Filho

Há mais de 30 anos, Betânia Oliveira trabalha no Hospital Agamenon Magalhães, na Zona Norte do Recife. “Nós encaramos a dor humana todos os dias. A gente sofre com isso”, descreve a enfermeira, para quem a jornada diária nas unidades de saúde deveria ser mais curta do que a usualmente adotada, de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso. “Os enfermeiros não suportam. Só quem está na ponta entende.”

Já aceito pela Justiça do Trabalho, o expediente em escala 12 por 36 é um dos pontos que podem ser autorizados em lei se aprovada a Reforma Trabalhista proposta pelo Governo Federal – em tramitação no Senado como Projeto de Lei Complementar nº 38/2017. Além da duração da jornada, o texto pretende regulamentar, entre outras questões, a contratação de mão de obra terceirizada, o trabalho em casa e a demissão por comum acordo entre o funcionário e o empregador (ver infográfico).

A principal mudança, no entanto, é aquilo que os juristas convencionaram chamar de “prevalência do negociado sobre o legislado”. O atributo permite que regras trabalhistas sejam flexibilizadas a partir de acordos entre patrões e representantes dos funcionários. Poderão ser pactuadas, inclusive, normas das quais, atualmente, ninguém estaria autorizado a abrir mão, consideradas de proteção mínima aos empregados – tidos como a parte mais fraca da relação.

Para o professor de Direito da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) Fábio Barroso, a mudança é prejudicial aos trabalhadores. Estudioso do tema, ele explica que o acerto entre as partes já é permitido, porém desde que os termos de acordos e convenções melhorem as condições sociais de quem trabalha. “Se querem tornar

### REFORMA TRABALHISTA O QUE PODE MUDAR?



#### CONTRATO POR HORA

Permite acertar o valor da hora sem previsão de jornada: o empregado deve comparecer sempre que convocado com, pelo menos, três dias de antecedência. Regra exclui aeronautas.

#### JORNADA EM ESCALA

Aos limites de 8 horas/dia, 44 horas/semana e 2 horas-extras diárias, é acrescida a possibilidade de trabalhar 12 horas seguidas alternadas com 36 horas de descanso.



#### HOME OFFICE

Normas da CLT sobre a jornada semanal deixam de valer para o trabalho em casa. Modalidade pode ser objeto de negociação coletiva.

#### TERCEIRIZAÇÃO

Em março, a Lei nº 13.429/2017 permitiu trabalho terceirizado em qualquer atividade. A reforma cria garantias – proíbe recontratar empregado efetivo demitido como terceirizado antes de 18 meses, por exemplo.



#### GESTANTES

A proibição para mulheres grávidas ou lactantes trabalharem em locais insalubres, em qualquer grau, deixa de valer. Em casos de insalubridade média e leve, o afastamento dependerá de atestado médico.

#### DEMISSÃO

Saque do FGTS, hoje permitido apenas em demissões por justa causa, pode ser negociado: trabalhador saca 80% e perde o direito ao seguro-desemprego. A multa devida pelo patrão e o tempo de aviso prévio caem pela metade.



#### NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Cai a proibição de acordar regras mais rígidas do que as das leis. Direitos como salário mínimo, 13º, repouso semanal e férias são mantidos. Trabalhadores podem fazer acordos individuais sobre parcelamento de férias, banco de horas, jornada de trabalho e jornada em escala.

#### SINDICATOS

Representantes dos trabalhadores não precisarão ser sindicalizados. Entidades continuam atuando em acordos e convenções coletivas. Contribuição sindical anual torna-se optativa.

Fonte: PLC nº 38/2017

passível de negociação pontos como o enquadramento do grau de insalubridade, não é para garantir mais direitos, mas para oferecer menos”, alerta.

Pela redação do projeto em análise no Senado, permanecem inegociáveis itens como salário mínimo, décimo-terceiro salário, férias e repouso semanal remunerado. Esses e outros aspectos foram classificados como “patamar civilizatório mínimo” no relatório apresentado pelo deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), que, durante a tramitação do texto na Câmara Federal, deu a forma atual à matéria.

No entendimento do deputado estadual Antônio Moraes (PSDB), que enxerga a reforma com bons olhos, a mudança pode resultar na ampliação da oferta de empregos ao tornar as regras mais flexíveis. “São melhorias importantes tanto para o trabalhador quanto para o empresário. Quando as condições podem ser ajustadas livremente, tudo por meio de negociação, as relações da economia melhoram junto”, analisa.

A correlação citada pelo parlamentar, entre a maleabilidade das normas trabalhistas e o surgimento de novos postos nas empresas, é outro ponto controverso. Analistas contrários à reforma citam estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado em 2015, que concluiu não ter havido expansão da oferta de empregos em países que tenham levado à frente propostas como as atualmente avaliadas no Congresso brasileiro. No curto prazo, segundo a pesquisa, houve, inclusive, retração no mercado de trabalho das nações que atravessavam momentos de crise.

“O objetivo geral da Reforma Trabalhista é reduzir o custo do trabalho, não o desemprego”, assevera a supervisora técnica, em Pernambuco, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Jackeline Natal. Para a economista, as mudanças devem fragilizar a

inserção das pessoas no mercado formal, o que pode resultar em piores perspectivas para o futuro da economia. “A proposta agrava o quadro de um país que sequer conseguiu eliminar o trabalho escravo”, salienta.

#### JUDICIALIZAÇÃO

Um levantamento do sociólogo da Universidade de São Paulo (USP) José Pastore, produzido em 2004, indica que o Brasil é o campeão mundial em processos judiciais trabalhistas e tem servido de argumento para a necessidade de mudanças na legislação. Os dados, porém, não são confirmados por organismos internacionais ou órgãos da Justiça – que não comparam os números brasileiros com os de outros países.

De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a primeira instância recebeu 2,8 milhões de reclamações em 2016. Somente nos quatro primeiros meses deste ano, foram 856 mil novas ações em varas do trabalho. E, até abril, 1,9 milhão de processos estavam pendentes de julgamento – quase a metade destes ainda aguardava a primeira audiência.

“Alguma coisa está errada em existirem tantas questões trabalhistas”, pondera o presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), Ricardo Essinger. “Quando o colaborador tem razão, o empregador tem de ser punido. Mas não é possível que todo empresário seja desonesto ao ponto de haver essa judicialização generalizada”, considera.

Na interpretação do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco (TRT-PE) Fábio André de Farias, a causa de tantas ações pode ser outra. “É espantosa a quantidade de normas descumpridas, mesmo as mais básicas, como o intervalo mínimo para refeições. O que gera judicialização não é a lei, mas a violação desta”, reflete. A reforma, entende, “quer reduzir os custos da atividade empresarial aos mínimos possíveis, sem levar em conta o aspecto social”.

